

## NOTA TÉCNICA Nº 13

# Alimentação e segurança alimentar como pauta para as eleições de 2022

Por Catia Grisa, Cimone Rozendo, Luciana Santana,  
Silvia Rigon e Silvia Zimmermann

Depois de uma noite mal dormida por não ter se alimentado suficientemente no dia anterior, a balconista desempregada Laura se preocupa com o que vai colocar na panela para o almoço dos três filhos. Os recursos do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial foram usados para comprar o gás de cozinha, pagar a energia elétrica e comprar alguns alimentos, mas não são suficientes para atender todas as despesas do mês. Ela sofre diariamente com a fome que estampa o rosto de seus filhos.

Num outro ponto da cidade, o candidatável José acorda para um dia intenso de trabalho, com, pelo menos, duas reuniões importantes para discutir futuras alianças para as eleições presidenciais de 2022. Também no mesmo dia, a candidatável Patrícia se prepara para um encontro com a equipe partidária responsável pela elaboração preliminar de seu Plano de Governo para o cargo de governadora em 2022. De forma similar, Augusto terá como agenda do dia avançar na definição das “bandeiras” que irão pautar sua plataforma política como candidato a deputado federal.

Embora fictícias, as rotinas desses personagens podem representar, respectivamente, as incertezas e agonias diárias de milhões de brasileiros/as, e as rotinas de trabalho de milhares de candidatáveis - quase três dezenas de milhares, como visto nas eleições de 2018 - que estão de olho nos cargos para o executivo e legislativo nas eleições de 2022. Ainda que não evidente para muitos, todos esses cotidianos deveriam estar conectados, sendo as agonias de milhões de brasileiros o objeto de preocupação dos futuros parlamentares e representantes do executivo estadual e federal.

De acordo com dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar levantados em dezembro de 2020 (Rede PENSSAN, 2021), 55,2% dos brasileiros conviviam com a insegurança alimentar, sendo que 9% (19,1 milhões de pessoas) estavam em insegurança alimentar grave decorrente de uma ruptura nos padrões de alimentação e redução quantitativa severa de alimentos para crianças e adultos, ou seja, tal como a Laura, estavam passando fome. Outros 11,5% estavam com insegurança alimentar moderada, que indica uma ruptura nos padrões de alimentação

em decorrência da redução quantitativa de alimentos entre adultos, e 34,7% estavam com insegurança alimentar leve, convivendo com a redução da qualidade dos alimentos e a preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro (Rede PENSSAN, 2021).

Esses dados, que já são alarmantes para o contexto nacional, se mostraram ainda mais graves nas regiões norte e nordeste, nos domicílios rurais, nas residências habitadas por pessoas pretas e pardas, nos domicílios em que as pessoas de referência não tinham escolaridade ou possuíam Ensino Fundamental incompleto, e nos domicílios chefiados por mulheres (Rede PENSSAN, 2021). 64% dos domicílios cuja pessoa de referência era feminina (o caso da balconista desempregada Laura) estavam em situação de insegurança alimentar, enquanto este percentual caía para 47% nos casos em que a pessoa de referência era masculina (Rede PENSSAN, 2021).

Além desses números, outros dados também mostram a fragilidade do cenário alimentar no Brasil. De acordo com o DIEESE (2021), o preço do conjunto dos alimentos básicos subiu em todas as capitais no período de julho de 2020 a julho de 2021, com os percentuais oscilando entre 11,8% em Recife e 29,4% em Brasília. Em julho de 2021, o trabalhador brasileiro comprometeu 55,7% do salário-mínimo líquido na aquisição de alimentos básicos (DIEESE, 2021), implicando na necessidade de escolhas alimentares que agravam a insegurança alimentar e nutricional. Segundo pesquisa de Galindo e colegas (2021), antes da pandemia, 48,2% e 40,7% dos brasileiros, respectivamente, não consumiam regularmente frutas e hortaliças/legumes, os quais são importantes marcadores de alimentação saudável. Ainda que a maioria dos entrevistados da pesquisa não tenha relatado aumento no consumo de alimentos não-saudáveis (ultraprocessados) durante a pandemia, 40% indicaram redução no consumo de carnes, 40,8% de frutas, 36,8% de hortaliças e legumes, e 32,9% de tubérculos. A redução na renda provocada pelo desemprego e paralisação de atividades econômicas, somada à redução no poder de compra da população devido à inflação dos alimentos, interferiu no perfil de consumo e comprometeu o acesso aos alimentos saudáveis. Esse fato ganha ainda mais relevância quando lembramos que, em 2019, 26,6% da população estava com obesidade e 60,3% da população com sobrepeso (IBGE, 2020), condições diretamente associadas a diversas doenças crônicas.

Enquanto os indicadores de insegurança alimentar se agravam no Brasil (IBGE, 2019a; 2013; Rede PENSSAN, 2021), observamos o desmantelamento ativo (Bauer e Knill, 2012) de diversas institucionalidades dedicadas à agricultura familiar – importante produtora de alimentos básicos no país (IBGE, 2019b) – e à segurança alimentar e nutricional, a exemplo da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), de mudanças na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e da não realização do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan – 2020-2023) e do III

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo – 2020-2023). Também observamos a redução expressiva de recursos financeiros destinados às políticas de acesso à terra e direitos territoriais a comunidades tradicionais; às políticas públicas de apoio à produção de alimentos básicos ou de promoção da segurança alimentar para as famílias rurais (como a assistência técnica e extensão rural e o Programa Um Milhão de Cisternas); às políticas de regulação da oferta (política de estoques reguladores) e de promoção do acesso aos alimentos (Programa de Aquisição de Alimentos) (Sabourin *et al.*, 2020; Sambuichi *et al.*, 2020; Diniz, Santos e Rozendo, 2019; Vasconcelos *et al.*, 2019). Ao mesmo tempo, também vimos: apoio a práticas que intensificam a especialização produtiva e agravam as mudanças climáticas, ocasionando vulnerabilidades produtivas e alimentares; intensa liberação de novos agrotóxicos, que comprometem a oferta de alimentação saudável, a qualidade da água e a biodiversidade; políticas macroeconômicas e comerciais que favorecem a exportação (notório caso da Lei Kandir) e fragilizam o abastecimento alimentar interno; ameaças ao Guia Alimentar para a População Brasileira; continuidade em subsídios fiscais e ausência de controle para alimentos não saudáveis. Permeando essas ações, observamos inações ideológicas (MacConnell e Hart, 2019), captura corporativa (Gomes, 2015) e outras estratégias para desmantelar a intervenção do Estado na promoção de políticas públicas alimentares.

Diante desse cenário que mostra a magnitude de quase duas dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras como a Laura, e de outras dezenas de milhões de brasileiros que buscam a segurança alimentar e nutricional, **perguntamos aos candidatáveis ao Executivo e Legislativo Federal e estaduais** como os/as senhoras/as pretendem abordar, pautar e atuar sobre as questões alimentares:

1. Como pretendem abordar o tema da fome? Quais ações propõem visando erradicá-la?
2. Quais ações pretendem realizar para atender os domicílios chefiados por mulheres, considerando serem esses ainda mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional?
3. Que ações propõem para assegurar a oferta de alimentos básicos e a valorização da agricultura familiar?
4. Que ações de promoção do acesso à alimentação saudável e de controle e regulação da alimentação não saudável pretendem desenvolver?
5. Quais ações pretendem realizar para combater a preocupante coexistência da obesidade com a desnutrição e as doenças associadas a esse quadro?
6. Como pretendem promover o abastecimento alimentar saudável, sustentável e inclusivo?

7. Como pretendem assegurar a participação e o controle social na construção e implementação de políticas alimentares?

8. Como pretendem assegurar a coordenação e a coerência das políticas alimentares entre os entes federativos?

Ainda que não limitados apenas a ela, consideramos que a agenda eleitoral sinaliza os temas e questões que irão pautar a agenda governamental e decisória dos eleitos em 2022. Lembramos que mapeamentos realizados nas eleições presidenciais de 2018 e nas eleições municipais de 2020 apontam que as problemáticas alimentares são tratadas de modo muito distinto entre os candidatos, sendo colocadas como eixos fundamentais e estratégicos por alguns, enquanto outros as ignoram completamente (Grisa e Marques, 2020; Consea, 2018). Para contribuir com os Planos de Governos – documentos obrigatórios para os cargos eletivos ao Executivo – e com as “bandeiras” para os cargos no Legislativo de José, Patrícia, Augusto e outros milhares de candidatos, **elencamos a seguir dez ações que consideramos fundamentais para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada**, conforme estabelecido pelo Artigo sexto da Constituição Brasileira.

- Retomada e criação de políticas de apoio à agricultura familiar e à produção de alimentos para o abastecimento alimentar nacional, tendo como referência práticas agroecológicas. Citamos, particularmente, a retomada de políticas de acesso à terra e à água; o fortalecimento das políticas de assistência técnica e extensão rural; créditos diferenciados e preços mínimos para os alimentos básicos; resgate e fomento aos alimentos tradicionais e regionais; formação de estoques reguladores, visando a estabilização dos preços dos alimentos; e, promoção de circuitos curtos de comercialização (mercados institucionais, feiras e outros mercados nas áreas centrais e periféricas das cidades);
- Fortalecimento das políticas de transferência de renda (Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Previdência social), atualização monetária de seus valores e criação de políticas de inclusão produtiva rural e urbana como formas de combate à pobreza e promoção do acesso aos alimentos saudáveis;
- Fortalecimento dos programas de assistência alimentar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os Restaurantes Populares, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e ações de doação ou de venda subsidiada de alimentos *in natura* e minimamente processados da agricultura familiar;
- Adoção do Guia Alimentar para População Brasileiro como parâmetro para todas as políticas alimentares, notadamente para aquelas que envolvem destinação de

recursos públicos para aquisição de alimentos (programas da assistência social, saúde, educação e compras governamentais em geral);

- Criação e fortalecimento de ações de promoção da alimentação saudável e sustentável (ações e campanhas de educação alimentar e nutricional, promoção da agroecologia e dos alimentos da sociobiodiversidade), controle e redução do uso de agrotóxicos, e controle e regulação da publicidade e da oferta de alimentos ultraprocessados;
- Valorização das cidades como espaços de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis por meio do fortalecimento de ações relativas à agricultura urbana, comunidades que sustentam a agricultura (CSA) e cooperativas de consumidores;
- Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com destaque para a retomada dos espaços de participação e de controle social nas políticas alimentares, sendo esses mecanismos fundamentais para construir políticas que atendam às demandas e às particularidades dos contextos e grupos sociais locais;
- Fortalecimento do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), visando o enfrentamento da epidemia de obesidade e de sobrepeso que atinge principalmente os grupos social e biologicamente mais vulneráveis;
- Criação e fortalecimento de políticas públicas que promovam a inclusão e valorização do trabalho dos grupos mais vulneráveis na sociedade, tais quais as mulheres, as populações negras, povos originários, população LGBTQIA+, entre outros;
- Construção de políticas alimentares integradas, procurando considerar suas repercussões, efeitos e interdependência em diferentes setores (consequências ambientais, nutricionais, de inclusão social e desenvolvimento territorial), e articulações com diferentes escalas de governança.

Essas são algumas ações para que possamos construir sistemas alimentares mais justos, inclusivos, sustentáveis e saudáveis em nosso país. Precisamos do compromisso de José, Patrícia, Augusto e outros milhares de candidatos com o futuro da alimentação brasileira, notadamente na efetivação do Direito Humano à Alimentação e na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

## Referências

Bauer, M.; Knill, C. Understanding Policy Dismantling: an Analytical Framework. In Dismantling public policy: preferences, strategies and effects, ed. Michael Bauer, Andrew Jordan, Christoffer Green-Pederson and Adrienne Héritier. Oxford: Oxford University Press. 30-55, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Eleições presidenciais 2018: A segurança alimentar e nutricional nos programas de candidatos e candidatas à Presidência da República. Consea, 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Nota à Imprensa: Julho: custo da cesta aumenta em 15 cidades. São Paulo, 5 de agosto, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202107cestabasica.pdf>

Diniz, P.C.O.; Santos, C.F.; Rozendo, C. Política para o futuro? A trajetória dos Programas de Cisternas em um contexto de desmonte das políticas públicas no Brasil. 43ª Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais, Caxambu, 2019.

Galindo, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for justice Working Paper Series, n.4. Berlin: Food for Justice: power, politics and food inequalities in a Bioeconomy. 2021.

Gomes, M.. Alimentos: concentração e impactos socioambientais. In: Berron, G.; González, Luz. A privatização da democracia: um catálogo da captura corporativa no Brasil. São Paulo: Vigência; 2016.

Grisa, C.; Marques, I.P. A Alimentação dos porto-alegrenses e as eleições municipais. Sul 21, 1 outubro, 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2020/10/a-alimentacao-dos-porto-alegrenses-e-as-eleicoes-municipais-por-catia-grisa-e-ingrid-de-paula-marques/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). POF 2017-2018 Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>

McConnell, A.; Hart, P. Inaction and public policy: understanding why policymakers 'do nothing'. *Policy Sciences*, 2019.



@redemulherescientistas

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>

Sambuichi, R. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da Covid-19. Revista da Administração Pública 54 (4): 1079-1096, 2020.

Vasconcelos, F. A. G; et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. Revista de Nutrição, v. 32, 2019.

Sabourin, E. et al., Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. Cahier d'agriculture, v.29, n.31, 2020.